



Câmara dos Deputados
Assessoria Técnica da Liderança do PT

Boletim de Indicadores Econômicos

Ano 7 – Nº 06

Junho de 2006

(Disponível em: <http://www.pt.org.br/assessor/economia.htm>)

- I – Setor Real
- II – Setor Público
- III – Setor Externo
- IV – Setor Financeiro

Brasília/DF

ÍNDICE

I. Setor Real	
I.1. Produção Industrial	02
I.2. Taxas de Desemprego	03
I.3. Rendimento Real Médio	04
I.4. PIB	04
I.5. Indicadores de Inflação	05
II. Setor Público	
II.1. Dívida Líquida	06
II.2. Déficit	07
II.3. Transferências Constitucionais	08
II.4. Dívida Mobiliária	11
III. Setor Externo	
III.1. Dívida Externa	12
III.2. Reservas Internacionais	13
III.3. Taxa de Câmbio	14
III.4. Balanço de Pagamentos	15
III.5. Balança Comercial	16
IV. Setor Financeiro	
IV.1. Taxa de Juros Selic	17
IV.2. <i>Spread</i> das Operações de Crédito	18
IV.3. Volume de Crédito	19

I. Setor Real

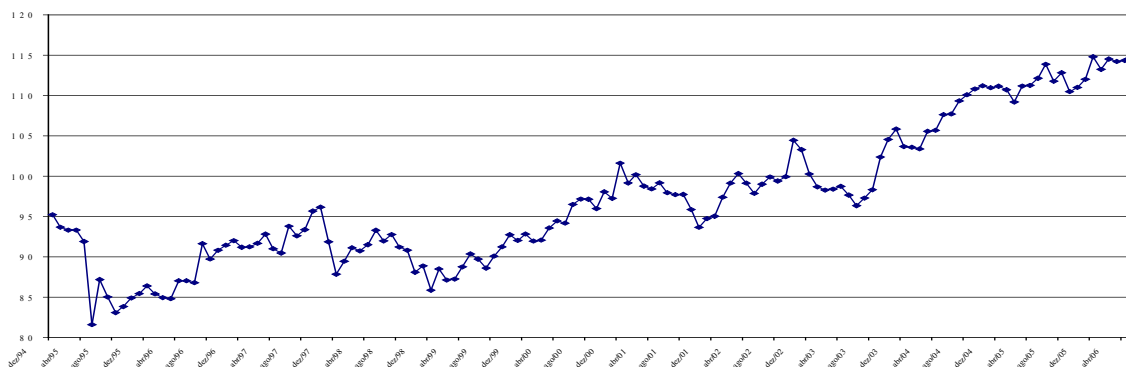
Tabela 1 – Produção Industrial

Período	Número Índice ¹	Crescimento em relação a igual mês do ano anterior (%)	Crescimento em relação ao mês anterior (%)	Crescimento nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores (%)	
1994	Dez	95,2	-	7,6	
1995	Dez	86,4	-	1,8	
1996	Dez	91,2	-	1,7	
1997	Dez	87,8	-	3,9	
1998	Dez	85,8	-	-2,0	
1999	Dez	92,8	-	-0,7	
2000	Dez	101,6	-	6,6	
2001	Dez	95,0	-	1,6	
2002	Dez	100,3	-	2,7	
2003	Dez	103,7	-	0,0	
2004	Dez	111,1	-	8,3	
2005	Mai	112,1	4,2	0,8	7,2
	Jun	113,9	5,7	1,5	6,7
	Jul	111,8	2,2	-1,8	5,8
	Ago	112,8	2,5	0,9	5,0
	Set	110,5	-0,3	-2,1	4,4
	Out	111,0	-0,2	0,5	4,1
	Nov	112,0	0,9	0,9	3,5
	Dez	114,8	3,3	2,5	3,1
2006	Jan	113,2	2,3	-1,4	2,9
	Fev	114,5	4,9	1,1	3,0
	Mar	114,2	2,7	-0,3	3,3
	Abr	114,3	2,8	0,1	2,6
	Mai	116,1	3,5	1,6	2,6

Fonte: IBGE.

1 – Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal, média de 2002=100.

Gráfico 1 – Produção Industrial
(Número índice, média de 2002=100)



Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Taxas de Desemprego

	(em %)				
	Taxa de desemprego IBGE ¹		Taxa de desocupação IBGE ¹		Taxa de desemprego (Dieese/Seade)
	Nacional ²	São Paulo	Nacional ²	São Paulo	São Paulo
1995 Média	5,0	5,5	nd	nd	13,2
1996 Média	5,8	6,7	nd	nd	15,0
1997 Média	6,1	7,1	nd	nd	15,7
1998 Média	8,3	9,4	nd	nd	18,2
1999 Média	8,3	9,1	nd	nd	19,3
2000 Média	7,8	8,1	nd	nd	17,7
2001 Média	6,8	7,0	nd	nd	17,5
2002 Média	7,9	9,2	11,7	12,7	19,0
2003 Média	nd	nd	12,3	14,1	19,9
2004 Média	nd	nd	11,5	12,6	18,8
2005 Média	nd	nd	9,8	10,2	17,0
Jan	nd	nd	10,2	11,1	16,7
Fev	nd	nd	10,6	11,5	17,1
Mar	nd	nd	10,8	11,5	17,3
Abr	nd	nd	10,8	11,4	17,5
Mai	nd	nd	10,2	10,5	17,5
Jun	nd	nd	9,4	10,5	17,5
Jul	nd	nd	9,4	9,9	17,5
Ago	nd	nd	9,4	9,4	17,1
Set	nd	nd	9,6	9,7	16,9
Out	nd	nd	9,6	9,6	16,9
Nov	nd	nd	9,6	9,7	16,4
Dez	nd	nd	8,3	7,8	15,8
2006					
Jan	nd	nd	9,2	9,2	15,7
Fev	nd	nd	10,1	10,5	16,3
Mar	nd	nd	10,4	10,6	16,9
Abr	nd	nd	10,4	10,7	16,9
Mai	nd	nd	10,2	10,5	17,0

Fontes: IBGE; Dieese/Seade.

1 – Devido a mudança metodológica, o termo “taxa de desemprego” não é mais utilizado pelo IBGE. A partir de 2002, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) passou a incorporar recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de forma a tornar mais compatíveis as informações da realidade brasileira aos padrões utilizados na maioria dos países. Assim, a informação oficial passa a ser tratada como “taxa de desocupação”.

2 – A pesquisa nacional do IBGE é feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

nd – dado não disponível.

De acordo com o IBGE, em maio de 2006, a Taxa de Desocupação medida em todo País foi estimada em 10,2%, verificando-se queda de 0,2 pontos percentuais (p.p.) em relação a abril de 2006. Quando comparado com mesmo mês do ano anterior, foi registrada uma estabilidade. Em São Paulo, a Taxa sofreu uma queda de 0,2 p.p. entre os meses de maio de 2006 (10,5%) e abril de 2006 (10,7%). Quando comparado com maio de 2005, foi verificou-se estabilidade.

Segundo a pesquisa realizada pelo Dieese/Seade, a Taxa de Desemprego total em São Paulo sofreu uma alta de 0,1 p.p entre os meses de maio (17,0%) e abril de 2006 (16,9%). A variação em relação ao mesmo mês no ano anterior foi registrada uma queda de 0,5 p.p..

Tabela 3 – Rendimento Real Médio em São Paulo ¹

		Ocupados ²		Assalariados ³		
		Rendimento (em R\$)	Número Índice ⁴	Rendimento (em R\$)	Número Índice ⁴	
1996	Abr	1.552	74,9	1.526	70,4	
1997	Abr	1.607	77,5	1.568	72,4	
1998	Abr	1.545	74,5	1.539	71,0	
1999	Abr	1.441	69,5	1.480	68,3	
2000	Abr	1.341	64,7	1.391	64,2	
2001	Abr	1.258	60,7	1.328	61,3	
2002	Abr	1.161	56,0	1.215	56,0	
2003	Abr	1.039	50,1	1.110	51,2	
2004	Abr	1.053	50,8	1.137	52,4	
2005	Abr	1.057	51,0	1.132	52,2	
	Mai	1.053	50,8	1.138	52,5	
	Jun	1.072	51,7	1.158	53,4	
	Jul	1.090	52,6	1.178	54,3	
	Ago	1.109	53,5	1.181	54,5	
	Set	1.098	53,0	1.176	54,3	
	Out	1.082	52,2	1.159	53,5	
	Nov	1.088	52,5	1.171	54,0	
	Dez	1.093	52,7	1.173	54,1	
	2006	Jan	1.095	52,8	1.173	54,1
		Fev	1.077	51,9	1.145	52,8
		Mar	1.053	50,8	1.116	51,5
Abr		1.039	50,1	1.103	50,9	

Fonte: Dieese/Seade.

1 – Região metropolitana da Grande São Paulo. Valores corrigidos pelo ICV-Dieese/SP, para o último mês da série.

2 – Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

3 – Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

4 – Base: média de 1985 = 100.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Nominal (R\$ bilhões)	Taxa real de variação do PIB	Índice do PIB real	PIB <i>per capita</i> (valores reais de 2005)	Taxa real de variação do PIB <i>per capita</i>	Índice do PIB <i>per capita</i>
1994	349,2	5,9	77,1	9.551,6	4,2	90,8
1995	646,2	4,2	80,4	9.801,9	2,6	93,2
1996	778,9	2,7	82,5	9.909,8	1,1	94,2
1997	870,7	3,3	85,2	10.080,5	1,7	95,8
1998	914,2	0,1	85,3	9.943,7	-1,4	94,5
1999	973,8	0,8	86,0	9.873,2	-0,7	93,9
2000	1.101,3	4,4	89,7	10.151,8	2,8	96,5
2001	1.198,7	1,3	90,9	10.134,6	-0,2	96,3
2002	1.346,0	1,9	92,7	10.179,4	0,4	96,8
2003	1.556,2	0,5	93,2	10.086,6	-0,9	95,9
2004	1.766,6	4,9	97,8	10.432,9	3,4	99,2
2005	1.937,6	2,3	100,0	10.519,9	0,8	100,0

Fonte: IBGE.

Tabela 5 – Indicadores de Inflação

													(em %)						Últimos 12 meses					
												2005		2006										
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan		Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
IGP-DI (FGV)	14,8	9,3	7,5	1,7	20,0	9,8	10,4	26,4	7,7	12,1	1,2	-0,4	-0,8	-0,1	0,6	0,3	0,1	0,7	-0,1	-0,5	0,0	0,4	0,7	1,0
IGP-M (FGV)	15,2	9,2	7,7	1,8	20,1	10,0	10,4	25,3	8,7	12,4	1,2	-0,3	-0,7	-0,5	0,6	0,4	0,0	0,9	0,0	-0,2	-0,4	0,4	0,8	0,9
IPC-DI (FGV)	25,9	11,3	7,2	1,7	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	4,9	0,1	-0,4	0,1	0,4	0,6	0,5	0,7	0,0	0,2	0,3	-0,2	-0,4	1,9
IPA-DI (FGV)	6,4	8,1	7,8	1,5	28,9	12,1	11,9	35,4	6,3	14,7	-1,0	-0,7	-1,0	-0,3	0,8	0,2	-0,1	0,8	-0,1	-0,8	-0,2	0,5	1,1	0,1
IPA-Agro (FGV)	-5,6	17,3	17,7	4,9	29,9	13,1	16,0	47,3	4,5	2,7	-6,3	-1,6	-2,5	-3,2	0,8	0,6	0,6	0,6	-0,8	-3,2	-0,9	-0,3	1,7	-7,9
IPA-Ind (FGV)	13,1	3,9	3,1	-0,2	28,3	11,6	10,3	30,9	6,9	19,5	0,9	-0,4	-0,6	0,7	0,8	0,1	-0,4	0,9	0,1	-0,1	0,1	0,7	0,9	2,8
																								0,0
INPC (IBGE)	22,0	9,1	4,3	2,5	8,4	5,3	9,4	14,7	10,4	6,1	5,0	0,0	0,0	0,2	0,6	0,5	0,4	0,4	0,2	0,3	0,1	0,1	-0,1	2,8
IPCA (IBGE)	22,4	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	0,3	0,2	0,4	0,8	0,6	0,4	0,6	0,4	0,4	0,2	0,1	-0,2	4,0
IPC-SP (FIPE)	23,2	10,0	4,8	-1,8	8,6	4,4	7,1	9,9	8,2	6,6	4,5	0,3	-0,2	0,4	0,6	0,3	0,3	0,5	0,0	0,1	0,0	-0,2	-0,3	1,9
ICV (Dieese)	27,4	9,9	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	4,5	-0,2	0,0	0,7	0,6	0,4	0,2	0,7	0,1	0,5	-0,1	-0,4	-0,2	2,4

Fontes: Dieese, FGV, IBGE.
nd – dado não disponível.

Segundo a tabela acima observa-se que o IPA-DI (Índice de Preços por Atacado - disponibilidade interna) registrou uma alta na sua taxa de variação de 0,5%, em maio, para 1,1%, em junho. O IGP-DI (Índice Geral de Preços - disponibilidade interna) registrou uma alta, sua taxa no mês de junho ficou em 0,7%. O IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor - disponibilidade interna) registrou uma queda em sua taxa de variação de -0,2%, em maio, para -0,4%, em junho.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) sofreu uma queda em sua taxa, 0,1% em maio para -0,2% em junho. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) teve variação de -0,1% em junho, apresentando queda em relação ao mês anterior.

Em maio, o ICV (Índice de Custo de Vida no município de São Paulo) registrou deflação, fechando junho com taxa de -0,2.

II. Setor Público

Tabela 6 – Dívida Líquida do Setor Público ¹

(R\$ bilhões)

Discriminação	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
1. Dívida total líquida (2+3)	208,5	30,6	269,2	33,3	308,4	34,4	385,9	41,7	516,6	48,7	563,2	48,8	660,9	52,6	881,1	55,5	913,1	57,2	957,0	51,7	1.002,5	51,6	1.018,8	50,7
1.1 Governo federal e Bacen	90,4	13,3	128,4	15,9	167,7	18,7	231,3	25,0	316,2	29,8	353,0	30,6	411,8	32,8	560,8	35,3	578,7	36,3	601,5	32,5	664,2	34,2	685,5	34,1
1.2 Governos estaduais ²	72,5	10,6	93,3	11,5	115,9	12,9	113,2	12,2	147,9	13,9	161,2	14,0	203,4	16,2	258,0	16,3	278,0	17,4	306,0	16,5	305,7	15,8	305,6	15,2
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	17,7	1,9	22,9	2,2	24,1	2,1	26,2	2,1	35,0	2,2	38,7	2,4	45,1	2,4	44,3	2,3	45,0	2,2
1.4 Empresas Estatais	45,6	6,7	47,4	5,9	24,8	2,8	23,7	2,6	29,6	2,8	24,9	2,2	19,5	1,6	27,3	1,7	17,7	1,1	4,5	0,2	-11,8	-0,6	-17,3	-0,9
2 Dívida interna líquida	170,3	25,0	237,6	29,4	269,8	30,1	328,7	35,5	407,8	38,4	451,8	39,2	530,0	42,2	654,3	41,2	726,7	45,5	818,1	44,2	952,2	49,1	1.016,4	50,6
2.1 Governo federal e Bacen	66,7	9,8	115,7	14,3	150,3	16,7	192,5	20,8	233,1	22,0	267,6	23,2	308,5	24,6	363,2	22,9	418,5	26,2	476,4	25,7	617,4	31,8	683,3	34,0
2.2 Governos estaduais ²	70,2	10,3	90,3	11,2	111,6	12,4	107,7	11,6	139,4	13,1	151,6	13,1	192,2	15,3	239,6	15,1	261,6	16,4	290,0	15,7	292,7	15,1	292,8	14,6
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	17,1	1,9	22,0	2,1	22,7	2,0	24,4	1,9	32,1	2,0	36,1	2,3	42,4	2,3	42,2	2,2	42,9	2,1
2.4 Empresas Estatais	33,4	4,9	31,5	3,9	8,0	0,9	11,5	1,2	13,4	1,3	10,0	0,9	5,0	0,4	19,4	1,2	10,5	0,7	9,3	0,5	-0,2	0,0	-2,6	-0,1
3. Dívida externa líquida	38,1	5,6	31,6	3,9	38,6	4,3	57,2	6,2	108,8	10,3	111,3	9,6	130,8	10,4	226,8	14,3	186,5	11,7	138,9	7,5	50,3	2,6	2,4	0,1
3.1 Governo federal e Bacen ³	23,7	3,5	12,7	1,6	17,5	2,0	38,8	4,2	83,2	7,8	85,4	7,4	103,3	8,2	197,6	12,5	160,3	10,0	125,1	6,8	46,8	2,4	2,2	0,1
3.2 Governos estaduais ²	2,3	0,3	3,0	0,4	4,3	0,5	5,5	0,6	8,5	0,8	9,6	0,8	11,3	0,9	18,4	1,2	16,4	1,0	16,0	0,9	13,0	0,7	12,8	0,6
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,7	0,1	0,9	0,1	1,4	0,1	1,8	0,1	2,9	0,2	2,6	0,2	2,7	0,1	2,2	0,1	2,1	0,1
3.4 Empresas Estatais	12,2	1,8	15,9	2,0	16,8	1,9	12,2	1,3	16,2	1,5	14,9	1,3	14,6	1,2	7,9	0,5	7,1	0,5	-4,8	-0,3	-11,6	-0,6	-14,7	-0,7

Fonte: Bacen.

1 – Os dados são de final de ano. Utiliza-se o PIB acumulado no ano valorizado pelo IGP-DI centrado no mês.

2 – Para os anos de 1994 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

3 – Descontadas as reservas internacionais.

nd – dado não disponível.

Observa-se que a Dívida Líquida do Setor Público fechou maio de 2006 em R\$ 1.018,8 bilhões, o que representou 50,7% do PIB.

Tabela 7 – Déficit do Setor Público ¹

(Últimos 12 meses - R\$ bilhões)

Discriminação	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		Até maio 2006	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
1. Nominal ²	47,0	7,3	45,7	5,9	53,2	6,1	72,5	7,9	96,2	10,0	49,3	4,5	72,1	5,2	138,3	10,3	56,3	3,6	43,8	2,5	59,1	3,1	64,9	3,3
1.1 Governo federal e Bacen ³	15,4	2,4	19,9	2,6	22,9	2,6	49,4	5,4	66,2	6,9	34,5	3,1	44,5	3,7	86,7	6,4	39,4	2,5	23,7	1,3	68,7	3,6	80,6	4,1
1.2 Governos estaduais ⁵	23,1	3,6	21,1	2,7	26,4	3,0	16,4	1,8	26,1	2,7	20,0	1,8	23,1	1,9	43,8	3,3	22,9	1,5	27,5	1,6	4,8	0,3	1,5	0,1
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	2,0	0,2	4,5	0,5	3,0	0,3	1,2	0,1	7,7	0,6	4,1	0,3	6,5	0,4	0,7	0,0	1,4	0,1
1.4 Empresas Estatais	8,6	1,3	4,7	0,6	3,9	0,5	4,7	0,5	-0,6	-0,1	-8,1	-0,7	3,3	-0,6	0,1	0,0	-10,1	-0,7	-13,9	-0,8	-15,1	-0,8	-18,7	-0,9
2 Juros nominais ²	48,8	7,5	45,0	5,8	44,9	5,2	72,6	7,9	127,2	13,2	87,4	7,9	105,6	8,8	190,7	14,2	122,5	7,9	124,9	7,1	152,6	7,9	154,8	7,8
2.1 Governo federal e Bacen ³	18,7	2,9	22,9	2,9	20,5	2,4	54,4	6,0	88,9	9,2	54,9	5,0	66,4	5,5	118,6	8,8	78,2	5,0	76,1	4,3	124,5	6,4	133,7	6,7
2.2 Governos estaduais ⁵	21,9	3,4	16,8	2,2	19,9	2,3	12,7	1,4	27,7	2,9	24,5	2,2	30,3	2,5	52,4	3,9	34,9	2,2	43,6	2,5	21,9	1,1	18,1	0,9
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	4,0	0,4	5,0	0,5	4,4	0,4	4,4	0,4	9,8	0,7	6,0	0,4	7,9	0,5	4,8	0,3	4,2	0,2
2.4 Empresas Estatais	8,1	1,3	5,3	0,7	4,4	0,5	1,5	0,2	5,7	0,6	3,6	0,3	4,5	0,4	9,9	0,7	3,5	0,2	-2,6	-0,2	1,4	0,1	-1,2	-0,1
3. Primário ⁴	-1,7	-0,3	0,7	0,1	8,3	1,0	-0,1	0,0	-31,1	-3,2	-38,2	-3,5	-33,6	-3,6	-52,4	-3,9	-66,2	-4,3	-81,1	-4,6	-93,5	-4,8	-89,9	-4,5
3.1 Governo federal e Bacen ³	-3,3	-0,5	-2,9	-0,4	2,4	0,3	-5,0	-0,6	-22,7	-2,4	-20,4	-1,9	-22,0	-1,8	-31,9	-2,4	-38,7	-2,5	-52,4	-3,0	-55,7	-2,9	-53,0	-2,7
3.2 Governos estaduais ⁵	1,2	0,2	4,2	0,5	6,4	0,7	3,7	0,4	-1,6	-0,2	-4,6	-0,4	-7,2	-0,6	-8,6	-0,6	-11,9	-0,8	-16,1	-0,9	-17,2	-0,9	-16,6	-0,8
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	-2,0	-0,2	-0,5	-0,1	-1,4	-0,1	-3,3	-0,3	-2,1	-0,2	-1,9	-0,1	-1,4	-0,1	-4,1	-0,2	-2,8	-0,1
3.4 Empresas Estatais	0,5	0,1	-0,6	-0,1	-0,5	-0,1	3,2	0,4	-6,3	-0,7	-11,7	-1,1	-1,1	-0,9	-9,8	-0,7	-13,6	-0,9	-11,2	-0,6	-16,4	-0,9	-17,4	-0,9

Fonte: Bacen.

1 – Calculado a partir da variação da dívida do setor público (“abaixo da linha”). Valores negativos significam superávit.

2 – Inclui a desvalorização cambial (em valores correntes).

3 – Inclui o INSS.

4 – Não inclui a desvalorização cambial.

5 – Para os anos de 1995 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

nd – dado não disponível.

O Déficit Total do Setor Público acumulado em 12 meses, registrado em maio, foi de R\$ 64,9 bilhões, o que representou 3,3% do PIB.

Transferências Constitucionais

Aos recursos que a União transfere aos Estados e Municípios por determinação da Lei Maior dá-se o nome Transferências Constitucionais. Este rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico mais harmônico entre os diferentes Estados e Municípios do país.

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Seguem abaixo alguns conceitos:

- **ITR** – *Imposto Territorial Rural* – O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, anualmente. Está previsto no Art. 158, inc. II da Constituição Federal o percentual que a União deve repassar aos municípios. Na Lei Nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996 está descrito o ITR em mais detalhes.

- **FPE** – *Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal* – O FPE é constituído por 21,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). Este percentual está previsto no Art. 159, inc. I, alínea “a”. da Constituição Federal. O Art. 86 do Código Tributário Nacional descreve em mais detalhes como Fundo é constituído.

- **FPM** – *Fundo de Participação dos Municípios* – O FPM é constituído por 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). No Art. 159, inc. I, alínea “b” da Constituição Federal está previsto o percentual que a União deverá repassar aos Municípios.

- **IPI - exportação** – *Imposto sobre Produtos Industrializados - exportação* – O IPI incide sobre produtos industrializados, como por exemplo bebidas e automóveis. Está previsto no Art. 159, inc. II da Constituição Federal, o percentual que a União deve repassar aos Estados e Distrito Federal. Desse percentual os Municípios recebem 25%, conforme determina o Art. 159, § 3º da Constituição Federal.

- **IOF ouro** – *Imposto sobre Operações Financeiras Ouro* – O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. Está previsto no Art. 153, § 5º, inc. I e II da Constituição Federal o percentual de repasse da União para os Estados, DF e Municípios. A Lei 7.766, de 11 de maio de 1989, dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário.

- **Desoneração ICMS** – *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços* – O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e está previsto no Art. 155, inc. II da Constituição Federal. Por outro lado, o inc. X do § 2º do mesmo artigo define as condições de não incidência de ICMS. Além disso, a Lei Complementar 87/96 determina a desoneração e o respectivo ressarcimento aos Estados, DF e Municípios.

- **FUNDEF** – *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério* – É um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental. Os repasses ao Fundo serão feitos de forma automática, para contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, abertas para a finalidade, mantidas no Banco do Brasil S.A. O FUNDEF foi criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96.

- **FEX** – *Auxílio Financeiro para Fomentar as Exportações* – O FEX tem como objetivo fomentar as exportações do País, ficando a União responsável por repassar o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75%, e aos seus Municípios, 25%. A Lei 10.966 de 9 de novembro de 2004 estabelece detalhadamente os repasses realizados.

- **CIDE** – *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico* – Esta modalidade de CIDE é um tributo que incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Essa contribuição será distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o Art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001. Está previsto no Art. 159 inc. III da Constituição Federal o percentual de 25% que a União deverá repassar aos Estados e DF.

Tabela 8a – Transferências Constitucionais da União aos Estados.

(acumulado de 2006 até maio - R\$ mil)

	Estados							Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEF	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	FEX	CIDE ²	
Acre	490.978	0	63.939	566	69	527	4.592	560.671
Alagoas	597.053	0	42.151	5.222	2.721	4.606	9.293	661.046
Amazonas	400.475	8	49.613	6.265	23.355	6.065	9.661	495.440
Amapá	489.686	78	71.791	2.527	61	2.079	3.941	570.162
Bahia	1.348.532	0	102.519	23.101	49.867	13.422	44.872	1.582.314
Ceará	1.052.984	2	44.783	10.124	8.258	5.919	23.033	1.145.104
Distrito Federal	99.057	0	24.445	6.711	350	2.431	11.626	144.619
Espírito Santo	215.278	0	35.256	26.499	33.340	20.391	13.296	344.061
Goiás	408.038	0	81.530	8.296	7.011	6.197	31.037	542.110
Maranhão	1.035.948	4	69.855	10.435	8.413	8.867	20.309	1.153.830
Minas Gerais	639.305	0	270.133	80.207	89.267	35.673	69.662	1.184.247
Mato Grosso do Sul	191.167	0	33.952	7.674	5.716	4.720	15.879	259.108
Mato Grosso	331.227	92	56.657	12.064	7.402	15.472	19.505	442.419
Pará	877.187	216	72.143	27.123	33.441	26.132	18.986	1.055.228
Paraíba	687.297	0	77.878	1.787	2.747	2.338	12.223	784.271
Pernambuco	990.309	0	101.853	9.234	5.812	4.450	21.880	1.133.539
Piauí	620.202	0	40.917	1.875	353	1.816	12.615	677.778
Paraná	413.794	1	143.285	62.669	87.152	32.336	46.605	785.841
Rio de Janeiro	219.254	34	40.220	36.455	89.364	15.554	32.894	433.775
Rio Grande do Norte	599.607	0	63.421	2.251	4.008	3.100	13.011	685.397
Rondônia	404.092	34	48.518	1.550	1.144	1.883	8.349	465.571
Roraima	356.027	4	60.443	238	46	387	4.540	421.685
Rio Grande do Sul	337.958	0	142.997	62.433	109.063	30.870	40.517	723.838
Santa Catarina	183.675	0	79.408	22.322	66.096	16.825	24.587	392.914
Sergipe	596.364	0	52.707	1.557	554	883	7.918	659.982
São Paulo	143.519	3	268.088	193.566	158.935	72.034	115.336	951.481
Tocantins	622.872	0	83.204	489	131	1.058	12.836	720.591
Total	14.351.886	476	2.221.705	623.240	794.675	336.035	649.003	18.977.020

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 8b – Transferências Constitucionais da União aos Municípios.

(acumulado de 2006 até maio - R\$ mil)

	Municípios								Total
	FPM	IOF ouro	FUNDEF	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	ITR	FEX	CIDE ²	
Acre	86.964	0	38.201	189	23	52	176	1.531	127.135
Alagoas	358.484	0	128.342	1.741	907	145	1.535	3.098	494.251
Amazonas	212.232	18	65.481	2.088	7.785	177	2.022	3.220	293.024
Amapá	56.389	181	25.184	842	20	30	693	1.314	84.653
Bahia	1.338.976	0	388.916	7.700	16.622	1.013	4.474	14.957	1.772.660
Ceará	775.591	5	282.232	3.375	2.753	209	1.973	7.678	1.073.816
Distrito Federal	32.287	0	0	0	117	71	0	0	32.474
Espírito Santo	267.019	0	63.935	8.833	11.113	173	6.797	4.432	362.303
Goiás	545.567	0	90.355	2.765	2.337	1.890	2.066	10.346	655.326
Maranhão	629.641	9	309.064	3.478	2.804	412	2.956	6.770	955.133
Minas Gerais	1.971.927	0	230.549	26.736	29.756	2.521	11.891	23.221	2.296.600
Mato Grosso do Sul	222.262	0	42.157	2.558	1.905	2.532	1.573	5.293	278.280
Mato Grosso	278.176	215	55.464	4.021	2.467	2.076	5.157	6.502	354.080
Pará	543.080	504	236.520	9.041	11.147	671	8.711	6.329	816.003
Paraíba	481.512	0	129.449	596	916	109	779	4.074	617.435
Pernambuco	730.998	0	205.447	3.078	1.937	270	1.483	7.293	950.507
Piauí	389.531	0	137.795	625	118	259	605	4.205	533.139
Paraná	1.021.538	1	145.261	20.890	29.051	2.436	10.779	15.535	1.245.491
Rio de Janeiro	440.060	80	105.734	12.152	29.788	355	5.185	10.965	604.317
Rio Grande do Norte	371.601	0	109.441	750	1.336	131	1.033	4.337	488.630
Rondônia	138.689	80	47.900	517	381	168	628	2.783	191.146
Roraima	79.823	9	16.539	79	15	43	129	1.513	98.150
Rio Grande do Sul	1.002.958	0	133.734	20.813	36.354	2.449	10.290	13.506	1.220.104
Santa Catarina	583.035	0	76.698	7.441	22.032	482	5.608	8.196	703.492
Sergipe	211.506	0	90.355	519	185	85	294	2.639	305.584
São Paulo	2.018.342	8	189.766	64.701	52.978	3.198	24.011	38.445	2.391.450
Tocantins	236.894	0	68.665	163	44	503	353	4.279	310.901
Total	15.025.082	1.111	3.413.185	205.691	264.892	22.461	111.201	212.459	19.256.081

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 9 – Dívida Mobiliária Federal em Poder do Mercado¹

		(R\$ bilhões)			
Período		Emitida pelo Tesouro Nacional	Emitida pelo Banco Central	Total	Total real ²
1994	Dez	35,3	26,5	61,8	191,6
1995	Dez	59,1	49,3	108,5	293,1
1996	Dez	93,1	83,1	176,2	435,5
1997	Dez	190,3	65,2	255,5	587,5
1998	Dez	219,2	104,7	323,9	732,2
1999	Dez	351,9	63,0	414,9	781,7
2000	Dez	432,2	83,9	516,1	885,6
2001	Dez	492,9	122,0	615,0	955,8
2002	Dez	636,0	66,8	702,8	864,1
2003	Dez	767,1	30,7	797,7	911,0
2004	Dez	856,2	13,5	869,7	885,7
2005					
	Mai	925,3	12,1	937,4	936,1
	Jun	939,7	11,9	951,6	954,6
	Jul	952,4	12,0	964,3	971,2
	Ago	965,8	12,0	977,8	992,6
	Set	977,2	11,4	988,6	1.004,9
	Out	993,9	9,8	1.003,7	1.013,8
	Nov	1.005,1	6,3	1.011,4	1.018,2
	Dez	1.010,1	6,7	1.016,8	1.023,0
2006					
	Jan	1.049,9	6,5	1.056,4	1.055,2
	Fev	1.057,4	6,2	1.063,6	1.063,0
	Mar	1.075,0	6,4	1.081,4	1.085,7
	Abr	1.082,9	6,0	1.088,9	1.093,0
	Mai	1.096,6	6,6	1.103,2	1.103,2

Fonte: Bacen.

1 – Posição de custódia.

2 – Corrigido pelo IGD-DI do último mês.

III. Setor Externo

Tabela 10 – Dívida Externa Total por Devedor

(US\$ bilhões)

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003 ¹	2004 ¹	2005 ¹				2006 ¹
							Mar	Jun	Set	Dez	Mar
1 Dívida de médio e longo prazos²	199,0	189,5	182,3	187,3	194,7	182,6	181,5	174,6	166,7	150,7	148,8
1.2 Setor público não-financeiro	97,4	89,8	92,8	110,3	119,8	114,7	114,9	110,0	104,1	87,6	82,6
1.3 Setor privado e setor público financeiro	101,6	99,7	89,5	77,0	75,0	67,9	66,6	64,6	62,6	63,1	66,2
2 Dívida de curto prazo	26,6	27,4	27,7	23,4	20,2	18,7	20,5	16,8	16,4	18,8	16,9
2.1 Setor público não-financeiro	3,3	2,6	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.2 Setor privado e setor público financeiro	23,3	24,8	27,2	23,3	20,2	18,7	20,5	16,7	16,4	18,8	16,9
3 Dívida externa total³	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	201,4	201,9	191,3	183,2	169,5	165,7
3.1 Setor público não-financeiro	100,7	92,4	93,2	110,4	119,8	114,7	114,9	110,0	104,1	87,6	82,6
3.2 Setor privado e setor público financeiro	124,9	124,6	116,8	100,3	95,1	86,7	87,0	81,3	79,0	81,9	83,1

Fonte: Bacen.

1 – Dados estimados.

2 – Dívida registrada no Bacen.

3 – Exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhia. Em março de 2001, houve revisão metodológica.

Tabela 11 – Reservas Internacionais ¹

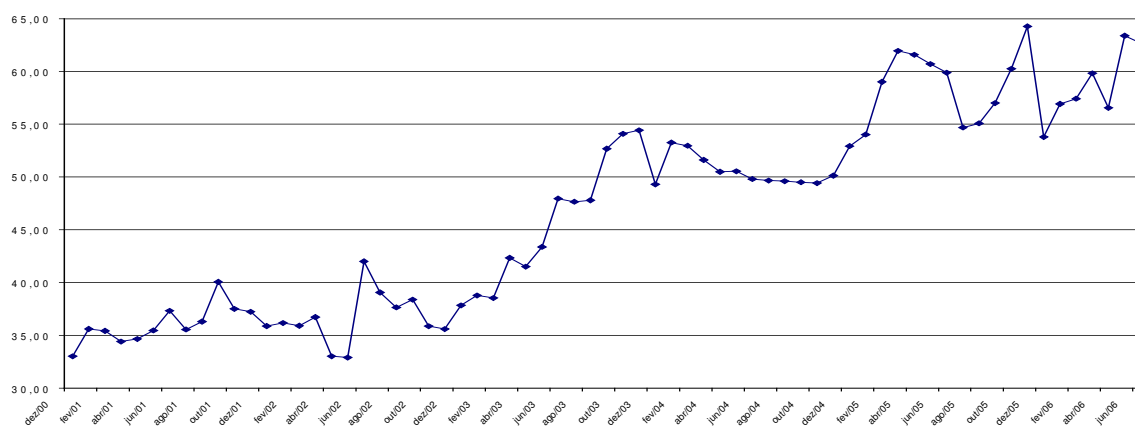
		(US\$ bilhões)
1995	Dez	51,8
1996	Dez	60,1
1997	Dez	52,2
1998	Dez	44,6
1999	Dez	36,3
2000	Dez	33,0
2001	Dez	35,9
2002	Dez	37,8
2003	Dez	49,3
2004	Dez	52,9
2005		
	Jun	59,9
	Jul	54,7
	Ago	55,1
	Set	57,0
	Out	60,2
	Nov	64,3
	Dez	53,8
2006		
	Jan	56,9
	Fev	57,4
	Mar	59,8
	Abr	56,6
	Mai	63,4
	Jun	62,7

Fonte: Bacen.

1 – Conceito de liquidez.

Gráfico 2 – Reservas Internacionais

(US\$ bilhões - mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 12– Taxa de Câmbio ¹

	US\$	€
1995	0,97	nd
1996	1,04	nd
1997	1,12	nd
1998	1,21	nd
1999	1,79	1,81
2000	1,96	1,84
2001	2,32	2,06
2002	3,53	3,70
2003	2,89	3,65
2004	2,65	3,62
2005		
Jun	2,35	2,85
Jul	2,39	2,90
Ago	2,36	2,91
Set	2,22	2,67
Out	2,25	2,70
Nov	2,21	2,60
Dez	2,34	2,77
2006		
Jan	2,22	2,70
Fev	2,14	2,54
Mar	2,17	2,63
Abr	2,09	2,64
Mai	2,30	2,95
Jun	2,16	2,77

Fonte: Bacen.

1 – Final de período.

nd – dado não disponível.

O dólar apresentou em junho de 2006 sua cotação em R\$ 2,16. Com isso, verificou-se uma queda de 5,9% em relação ao mês anterior.

Comparando junho de 2006 com mesmo mês do ano anterior, o dólar sofreu uma queda de 7,9%.

A desvalorização da moeda brasileira observada durante o mês de junho guarda a relação com os movimentos especulativos em torno da tendência da política monetária do FED norte-americano. Assim, com a eventualidade de aumento de taxa de juros naquela país, há pressão sobre o dólar em nosso mercado interno, em razão da iminência da fuga de capital para aquele centro financeiro.

Tabela 13 – Balanço de Pagamentos: itens selecionados.

(US\$ milhões)

	Saldo em Conta Corrente		Remessa de Juros		Remessa de Lucros ¹	
	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²
1994	-1.811,2	-0,3	7.855,7	1,4	2.882,8	0,5
1995	-18.383,8	-2,6	10.427,0	1,5	3.396,6	0,5
1996	-23.502,0	-3,0	12.388,7	1,6	3.726,6	0,5
1997	-30.452,4	-3,8	13.499,8	1,7	6.181,1	0,8
1998	-33.415,9	-4,2	15.321,0	1,9	7.163,0	0,9
1999	-25.334,8	-4,7	17.100,4	3,2	5.514,9	1,0
2000	-24.224,4	-4,0	17.095,7	2,8	4.253,0	0,7
2001	-23.214,5	-4,6	17.621,2	3,5	5.226,2	1,0
2002	-7.636,8	-1,7	15.275,0	3,3	6.020,0	1,3
2003	4.177,3	0,8	15.327,5	3,0	6.403,2	1,3
2004	11.711,1	1,9	15.289,0	2,5	8.257,3	1,4
2005						
Jan – Dez	14.192,7	1,8	15.713,1	2,0	13.337,2	1,7
Jan	802,1	1,3	1.161,4	1,9	391,3	0,6
Fev	129,9	0,2	1.360,1	2,2	1.390,0	2,3
Mar	1.729,4	2,6	969,3	1,5	783,0	1,2
Abr	715,4	1,1	1.772,9	2,7	1.291,9	1,9
Mai	596,6	0,9	1.141,9	1,7	1.550,5	2,3
Jun	1.285,3	1,9	1.233,0	1,8	1.061,4	1,6
Jul	2.566,4	3,9	1.561,5	2,3	696,3	1,0
Ago	803,4	1,2	1.465,5	2,1	1.093,9	1,6
Set	2.387,6	3,5	1.155,1	1,7	742,8	1,1
Out	878,8	1,3	1.533,6	2,3	1.259,1	1,9
Nov	1.730,9	2,6	1.144,1	1,7	783,6	1,2
Dez	566,9	0,9	1.214,7	1,8	2.293,4	3,5
2006						
Jan	-293,2	-0,4	1.771,2	2,5	1.562,2	2,2
Fev	703,2	1,0	1.229,9	1,8	866,9	1,2
Mar	1.370,7	1,8	1.280,8	1,7	1.507,3	2,0
Abr	226,0	0,3	1.428,2	1,9	1.632,3	2,2
Mai	466,6	0,6	1.153,0	1,5	2.044,7	2,6

Fonte: Bacen.

1 – Lucros e dividendos - exclusive lucros reinvestidos.

2 – PIB convertido em dólar pela taxa de câmbio média do período.

Diante deste quadro, pode-se destacar que o acumulado de Remessa de Juros de janeiro a maio de 2006 alcançou R\$ 6,9 bilhões, ou seja, 7,1% a mais que no mesmo período de 2005. Destaca-se também o acumulado da Remessa de Lucros que alcançou R\$7,6 bilhões até maio de 2006, contra R\$ 5,4 bilhões no mesmo período de 2005, ou seja, um salto de 40,8%.

Tabela 14 – Balança Comercial – FOB

(US\$ bilhões)

Período	Exportações			Importações			Saldo	
	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses
1995 Dez	3,9	46,5	100,0	3,9	50,0	100,0	-0,1	-3,5
1996 Dez	3,8	47,7	102,7	5,6	53,3	106,8	-1,8	-5,6
1997 Dez	4,5	53,0	114,0	5,3	59,7	119,6	-0,8	-6,8
1998 Dez	3,9	51,1	110,0	4,5	57,8	115,6	-0,5	-6,6
1999 Dez	4,7	48,0	103,2	4,4	49,3	98,6	0,2	-1,3
2000 Dez	4,7	55,1	118,4	4,9	55,8	111,7	-0,2	-0,8
2001 Dez	4,3	58,2	125,2	3,5	55,6	111,2	0,9	2,7
2002 Dez	5,2	60,4	129,8	3,4	47,2	94,5	1,8	13,1
2003 Dez	6,7	73,1	157,1	4,0	48,3	96,7	2,7	24,8
2004 Dez	9,2	96,5	207,4	5,7	62,8	125,7	3,5	33,6
2005								
Jan	7,4	98,1	211,0	5,3	63,9	127,8	2,2	34,2
Fev	7,8	100,2	215,4	5,0	65,1	130,3	2,8	35,1
Mar	9,3	101,5	218,2	5,9	65,7	131,4	3,3	35,8
Abr	9,2	104,1	223,8	5,3	66,4	132,8	3,9	37,7
Mai	9,8	106,0	227,9	6,4	67,9	135,9	3,4	38,1
Jun	10,2	106,8	229,7	6,2	68,5	137,1	4,0	38,3
Jul	11,1	108,9	234,2	6,1	69,1	138,2	5,0	39,9
Ago	11,3	111,2	239,1	7,7	71,1	142,3	3,7	40,1
Set	10,6	112,9	242,8	6,3	71,7	143,5	4,3	41,2
Out	9,9	114,0	245,1	6,2	72,1	144,2	3,7	41,9
Nov	10,8	116,6	250,7	6,7	72,7	145,5	4,1	43,9
Dez	10,9	118,3	254,4	6,6	73,6	147,2	4,3	44,7
2006								
Jan	9,3	120,1	258,3	6,4	74,7	149,6	2,8	45,4
Fev	8,8	121,1	260,5	5,9	75,7	151,5	2,8	45,4
Mar	11,4	123,2	265,0	7,7	77,5	155,0	3,7	45,8
Abr	9,8	123,8	266,3	6,7	78,8	157,8	3,1	45,0
Mai	10,3	124,3	267,3	7,2	79,7	159,5	3,0	44,6
Jun	11,4	125,5	269,9	7,4	80,9	161,9	4,1	44,6

Fonte: MDIC/Secex.

1 – Referentes aos últimos 12 meses.

As exportações, em junho de 2006, totalizaram US\$ 11,4 bilhões, uma cifra recorde histórica no comércio exterior brasileiro para o referido mês. Sobre o mês anterior, as exportações subiram 11,3%. Em relação a maio de 2005, as exportações cresceram 12,0%.

As importações somaram US\$ 7,4 bilhões. Sobre o mês anterior, subiram 1,5%. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, as compras externas elevaram-se 19,1%.

O saldo de maio no comércio exterior brasileiro ficou em US\$ 4,1 bilhões.

Diante deste quadro, pode-se destacar a manutenção extraordinária do valor acumulado nos últimos 12 meses das exportações acima de US\$ 120 bilhões desde o início do ano de 2006.

IV. Setor Financeiro

Tabela 15 – Taxa de Juros Selic

Período	(em %)			
	Acumulada no período	Taxa Real de Juros ¹	Média do período (a.a.)	Divulgada pelo COPOM
1995	53,1	33,4	53,9	nd
1996	27,1	16,3	27,6	nd
1997	24,6	15,9	25,2	nd
1998	28,6	26,4	29,5	nd
1999	25,1	4,3	26,3	nd
2000	17,3	6,9	17,6	nd
2001	17,3	6,2	17,5	nd
2002	19,1	-5,8	19,1	nd
2003	23,3	14,5	23,4	nd
2004	16,2	3,6	16,2	nd
2005	19,0	17,6	19,1	nd
Jun	1,6	2,0	19,7	19,75
Jul	1,5	1,9	19,7	19,75
Ago	1,7	2,5	19,7	19,75
Set	1,5	1,6	19,6	19,50
Out	1,4	0,8	19,3	19,00
Nov	1,4	1,0	18,9	18,50
Dez	1,5	1,4	18,2	18,00
2006				
Jan	1,4	0,7	17,7	17,25
Fev	1,1	1,2	17,3	17,25
Mar	1,4	1,9	16,7	16,50
Abr	1,1	1,1	16,2	15,75
Mai	1,3	0,9	15,7	15,75
Jun	1,2	0,5	15,2	15,25

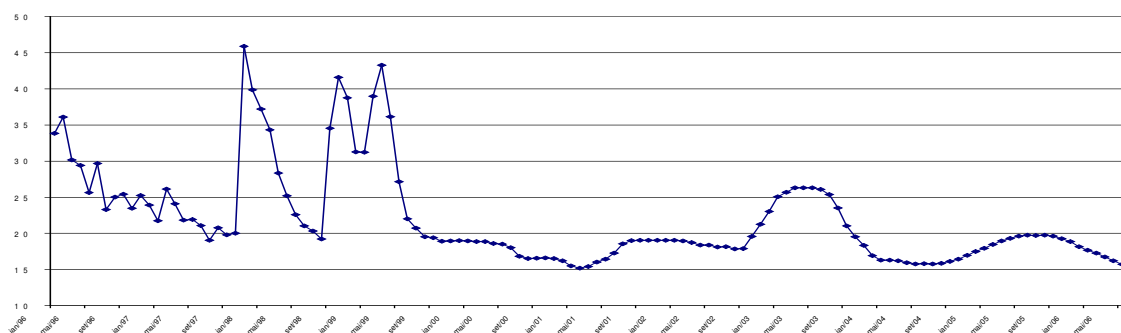
Fonte: Bacen.

1 – Trata-se do acumulado no período, deflacionado pelo IGP-DI.

nd – dado não disponível.

Gráfico 3 – Taxa de Juros - Selic

(% a.a. - média mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 16 – *Spread* das Operações de Crédito ¹

(ponto percentual – média do período)

Período	Pessoa física	Pessoa jurídica	Geral	
1995	171,1	nd	nd	
1996	112,2	nd	nd	
1997	81,7	nd	nd	
1998	94,4	nd	nd	
1999	87,2	nd	nd	
2000	56,9	12,0	27,2	
2001	48,9	11,8	27,0	
2002	51,4	14,5	30,0	
2003	55,6	14,7	31,9	
2004	43,9	13,0	27,2	
2005				
	Mai	46,8	13,8	29,9
	Jun	46,3	13,6	29,8
	Jul	43,0	13,4	28,2
	Ago	42,8	13,7	28,5
	Set	44,0	14,0	29,5
	Out	43,9	14,5	29,8
	Nov	43,3	14,2	29,4
	Dez	42,7	14,0	28,8
2006				
	Jan	43,6	14,5	29,6
	Fev	43,7	15,2	30,2
	Mar	44,0	14,7	30,2
	Abri	43,0	15,0	29,8
	Mai	41,1	14,1	28,5

Fonte: Bacen.

1 – Consiste em operações com recursos livres. No caso de pessoa jurídica trata-se de crédito prefixado, pós-fixado e fluante. Para pessoa física inclui-se apenas crédito prefixado.

nd - dado não disponível.

Tabela 17 – Volume de Crédito

(R\$ bilhões)

Período	Ao Setor Privado			Ao Setor Público	Total Geral	% PIB ²
	Recursos Direcionados	Recursos Livres ¹	Total			
1994 Dez	nd	nd	157,8	28,3	186,0	36,4
1995 Dez	nd	nd	202,0	35,5	237,5	34,8
1996 Dez	nd	nd	206,2	44,8	251,1	31,0
1997 Dez	nd	nd	233,5	24,4	257,9	28,7
1998 Dez	nd	nd	253,9	20,9	274,7	29,7
1999 Dez	nd	nd	268,3	17,5	285,8	26,9
2000 Dez	140,8	167,7	308,4	12,6	321,0	27,8
2001 Dez	118,2	205,6	323,8	9,8	333,7	26,6
2002 Dez	144,1	221,9	366,0	13,5	379,5	23,9
2003 Dez	163,2	233,2	396,4	15,0	411,4	25,8
2004 Dez	180,4	285,4	465,8	19,2	485,0	26,2
2005						
Jun	185,0	323,8	508,8	19,6	541,3	28,8
Jul	185,3	329,9	515,2	20,0	548,8	29,3
Ago	187,2	336,3	523,5	20,1	557,8	29,8
Set	187,9	342,6	530,5	20,1	564,4	29,8
Out	190,2	nd	nd	19,9	576,0	30,1
Nov	195,2	nd	nd	20,1	590,1	30,6
Dez	203,2	nd	nd	20,6	607,0	31,2
2006						
Jan	203,4	nd	nd	20,5	609,2	31,0
Fev	202,5	nd	nd	20,8	616,0	31,2
Mar	204,6	nd	nd	20,9	626,1	31,6
Abr	206,6	nd	nd	20,8	637,7	32,0
Mai	211,0	nd	nd	21,2	654,4	32,5

Fonte: Bacen.

1 – Inclui arrendamento mercantil (leasing).

2 – PIB acumulado dos últimos 12 meses – valorizado pelo IGP-DI centrado do mês.

nd – dado não disponível.